

## Os desastres da guerra e a condição (des)humana

Marcel Bursztyn, Carlos Hiroo Saito, Gabriela Litre e Patrícia Mesquita

doi:10.18472/SustDeb.v13n1.2022.42878

A humanidade sempre esteve exposta a desastres, especialmente atrelados às manifestações extremas da natureza. A maior parte dessas expressões extremas consistia em erupções vulcânicas, terremotos e queda de meteoritos. Em alguns casos foram manifestações durante períodos prolongados, que marcaram a trajetória humana, provocando grandes deslocamentos de populações, como nas glaciações. Nos últimos tempos, principalmente a partir da Revolução Industrial, uma sucessão de tragédias naturais ocorreu, desta vez como resultado da própria ação humana sobre o ambiente natural: são as mudanças climáticas antropogênicas. A ciência do clima e a própria evidência empírica mostram, por exemplo, que quanto mais a Amazônia é devastada por queimadas e desmatamento, maiores são os efeitos sobre a dinâmica das chuvas e das secas em outros territórios, com graves consequências para as pessoas.

As guerras também são eventos extremos, de natureza antropogênica. Só existe um caso documentado de “guerra civil”, de longo prazo, entre outros animais: “a guerra dos quatro anos”, entre chimpanzés selvagens. Paradoxalmente, as causas se assemelham às guerras dos humanos: a guerra começou com um ataque brutal a um chimpanzé por parte de um grupo rival, em 1974, no Parque Nacional de Gombe, na Tanzânia.

O certo é que guerras podem dizimar populações, provocar perdas materiais e exacerbar instintos negativos que antagonizam os povos. Não por acaso, religiões apontam como pecados a raiva, a inveja, a cobiça, a ambição... Nas guerras, os humanos expressam características que nos afastam da condição humana. Rivalidades entre grupos sociais e povos são tão antigas quanto a humanidade. A primeira cena da obra-prima cinematográfica de Stanley Kubrick, “2001 – Uma Odisseia no Espaço”, é uma representação do que pode ter sido uma guerra nos tempos pré-históricos. Ali vemos homínidos em luta e a descoberta de uma arma (no caso um grande osso) que permitiu a um dos grupos se sobrepôr ao outro e, metaforicamente, marcar a evolução humana. O domínio do uso do fogo também já foi retratado como um fator desencadeador de conflitos, como no filme “A Guerra do Fogo”, dirigido por Jean-Jacques Annaud, com base no romance “*La Guerre du feu*”, de J.-H. Rosny aîné. De lá para cá, as armas evoluíram muito e as guerras também, fazendo com que a possibilidade de assimetrias entre as partes em conflito também crescesse.

As bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, em 1945, levaram à rendição do Japão e marcaram o encerramento da Segunda Grande Guerra Mundial. Mas marcaram também uma nova fase do que pode representar uma guerra: não mais a destruição de pessoas e coisas, mas também o extermínio de povos, o aniquilamento das obras dos humanos e a devastação do habitat e das próprias condições de sobrevivência das espécies, inclusive a humana. Guerras químicas e nucleares podem levar ao paroxismo o que entendemos como destruição e devastação, tanto em intensidade quanto em escala territorial. Por isso, os humanos se reuniram para buscar formas de regular as guerras<sup>1</sup>, por mais que isso possa soar como paradoxal. Entretanto, tais iniciativas não eliminaram as guerras, não impediram que a chamada Guerra Fria persistisse por tantas décadas e nem foram capazes de coibir os chamados crimes de guerra.

O fato é que o mundo dispõe hoje de condições tecnológicas (artefatos bélicos) de se autodestruir. E isso, de certa forma, pode servir de anteparo ao uso de tais recursos, ainda que seja pelo simples instinto de sobrevivência. Infelizmente os instintos humanos nem sempre conduzem a decisões racionais. Como afirmou Carl von Clausewitz, “a guerra é o simples prolongamento da política, por outros meios”. É assim que vemos, em outro filme magistral do mesmo Kubrick – “Doutor Fantástico” – o caso de um dirigente político insano que aciona o dispositivo que lança um artefato nuclear apocalítico.

Independentemente do nível de destruição alcançado pela evolução dos artefatos bélicos, devemos registrar que toda guerra representa retrocesso da civilização e avanço da barbárie.

Ainda que muito tenha sido falado e escrito sobre os efeitos das guerras sobre as pessoas e sobre o seu ambiente, a noção de sustentabilidade, que foi consagrada no Relatório Brundtland, há 35 anos, eleva o nível das advertências a um novo patamar: guerras são bem mais devastadoras do que a tragédia material e humana imediata; elas põem em risco a Vida (com V maiúsculo). E, por isso, o Relatório Brundtland dedicou o seu Capítulo 11 a discutir as interações entre Paz, Segurança, Desenvolvimento e Meio Ambiente, e no Capítulo 12, no qual aponta em direção às ações comuns, faz um chamamento para combater a pobreza, manter a paz e aumentar a segurança em todo o mundo, e administrar os bens comuns globais. Todas as nações têm um papel a desempenhar na garantia da paz, na mudança de tendências e na correção de um sistema econômico internacional.

Uma guerra não significa apenas perda de vidas, destruição de famílias, desagregação da sociedade. Destrói territórios e economias, dilapida recursos naturais, contamina o ar, a água e o solo, requer investimentos para reconstrução, sob o signo da dor. O grande artista espanhol Francisco de Goya nos deixou um legado de 82 gravuras (“Os Desastres da Guerra”), que retratam os horrores da guerra. Produzido entre 1810 e 1815, o conjunto de imagens nos dá um claro panorama da crueldade e da tragédia das pessoas em tal contexto. Na dramaticidade daquelas cenas, entretanto, havia um elemento que parecia estar apenas em um segundo plano: a natureza. Em sua obra, “O Contrato Natural”, Michel Serres chama atenção justamente para esse “ator” invisível nas gravuras de Goya. As cenas de guerra devastam também o mundo natural! E, hoje, isso se dá cada vez em maior escala.

Hoje, somos capazes de compreender a grande interdependência entre o mundo natural e o meio social. Essa interdependência também une povos e regiões do mundo numa mesma teia global.

Por isso, sinalizamos que os compromissos globais em torno do cumprimento da Agenda 2030 sofreram um duro retrocesso com a guerra desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia: um retrocesso que não é apenas localizado no território ucraniano, embora lá, os efeitos da guerra sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam dramáticos. No mundo todo, sentimos os efeitos do retrocesso nas metas dos ODS.

Queremos também lembrar do compromisso que as nações subscreveram ao aprovar, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o período compreendido entre 2019 e 2028 como a Década da Paz Nelson Mandela, em homenagem ao centenário do nascimento do líder sul-africano, em que se apela a todos os Estados-Membros para que redobrem seus esforços para buscar a paz e a segurança internacionais, o desenvolvimento e os direitos humanos na Década. Portanto, contraditoriamente, em plena vigência da Década Internacional da Paz, assistimos ao início de mais uma guerra entre nações.

Devemos lembrar ainda que 2021 correspondeu ao Ano Internacional da Paz e da Confiança, que findou há pouco mais de 30 dias do início formal da invasão russa sobre a Ucrânia.

Os esforços de organismos internacionais para assegurar a paz precisam ser mais valorizados. Talvez essas indicações aprovadas de Década comemorativa e Ano Internacional, referindo-se justamente à paz mundial, já fossem uma antevisão do temor da guerra...

*A Sustainability in Debate* – SiD não pode ficar alheia à trágica situação da Ucrânia, invadida por tropas russas. Somos solidários ao povo ucraniano e estamos preocupados com os efeitos humanos, materiais e ambientais do conflito. É uma grave ameaça a princípios básicos da humanidade, como a liberdade, o livre-arbítrio, a segurança, os direitos humanos e a integridade de uma sociedade. É, também, um risco enorme ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Recebemos uma carta de três pesquisadoras ucranianas (“*The situation in ukraine, the consequences of the war for ukrainian society, science development and sustainability*”), que recentemente publicaram um artigo na SiD<sup>2</sup>, por meio da qual manifestam seu repúdio à guerra e apresentam relevantes informações, que julgamos ser de interesse de nossos leitores e leitoras. Por isso, a publicamos, em seguida a este editorial, independente do prolongamento da guerra ou seu desfecho na data da publicação deste número da revista SiD.

Em seu primeiro número de 2022, SiD publica um Dossiê sobre a “Avaliação de Impacto Ambiental, suas faces e interfaces”, com sete artigos, e mais quatro na seção *Varia*.

No Dossiê, Brandão e Gallardo discorrem sobre as implicações da proposta do novo marco do licenciamento sobre a avaliação de impacto de sistemas de abastecimento de água e de esgoto, na qual está sendo prevista a retirada da obrigatoriedade de licenciamento. Na sequência, Alves, Nascimento e Fonseca apresentam a experiência de municípios que assumiram o licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto local no âmbito do estado de Minas Gerais até dezembro de 2020. Oliveira e Malvestio realizam uma avaliação das propostas de regulamentação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no Brasil à luz dos elementos que compõem um sistema de AAE. Por parte de Duarte, Souza e Santos, são exploradas três potenciais contribuições da AAE, como adotada na gestão da água francesa, para o caso do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Sub-bacia do Reservatório Billings. Já Veronez, Estevam e Almeida apresentam uma análise da triagem do Licenciamento Ambiental (LA) de Centrais Geradoras Hidrelétricas no Espírito Santo (ES), comparando-as com outros estados. Xavier, Caetano e Brannstrom avaliam a aplicação de metodologias participativas na construção de dados sobre a atividade pesqueira, visando à análise de potenciais impactos de Parques Eólicos *Offshore* (PEO) nos territórios marinhos do estado do Ceará, com enfoque na pesca artesanal. E, por último, Veronez, Lima e Tshibangu apresentam um guia para identificação de impactos ambientais de empreendimentos hidrelétricos.

Na seção *Varia*, Souza, Castilho e Macedo apresentam uma discussão sobre o marco institucional para os Bioinsumos na agricultura do Brasil, enquanto Oliveira-Neto, Alves e Schwartz analisam os benefícios dos sistemas agroflorestais associados à regeneração natural no Pará. Na sequência, também no Pará, Pacheco, Azevedo-Ramos e Nakano avaliam a percepção de partes interessadas sobre a autonomia das comunidades tradicionais para realizar o manejo florestal comunitário madeireiro em duas unidades de conservação federais. E, finalizando, Viglio e Ferreira apresentam uma avaliação da atuação dos peritos do Ministério Público no licenciamento ambiental do Projeto Mexilhão em São Paulo.

Desejamos uma ótima leitura a todos(as)!

## NOTES

1 | UN General Assembly Resolution: A/RES/3102 (XXVIII). Respect for human rights in armed conflicts. 12 December 1973.

2 | Bilyk, O.; Karkovska, V.; Khim, M. Gender budgeting: a vital element for ensuring sustainable development. *Sustainability in Debate*, v. 12, n. 3, p. 305-323, 2021. Available in: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/38824/32256>